



A doutrina da ROTA: o *ethos* do “Policial de ROTA”

ROTA's doctrine: the *ethos* of “ROTA's police officer”

Henrique de Linica dos Santos Macedo¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a doutrina das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), destacando a moralidade nela descrita e imposta. A “Doutrina de ROTA”, categoria nativa dos sujeitos da pesquisa, carrega em si uma série de histórias e prescrições morais que orientam as práticas profissionais e pessoais dos policiais que pertencem a este batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). Neste sentido, a “doutrina de ROTA” passa a ser uma cruzada moral dos policiais, uma forma constante de ação que demonstra uma resistência a mudanças sociais e institucionais. Ao analisar a produção bibliográfica de policiais que já passaram pelo batalhão, além de outras fontes discursivas colhidas durante a realização do campo, constatou-se que um padrão discursivo que sempre evocava a “doutrina de ROTA”, uma forma organizacional de organizar e consolidar uma forma de “fazer polícia”. Contudo, essa uniformização demonstrou uma forma política e militarizada de conduzir práticas e disputar moralidades, seja internamente na PMESP, seja na sociedade. O resultado de pesquisa demonstrou como essa dinâmica interna produziu uma visão de mundo que busca uma uniformização de condutas, cujo objetivo é ressaltar a imagem de heroísmo e bravura tanto do policial de ROTA, quando do 1º Batalhão de Polícia de Choque.

Palavras-chave: ROTA; Polícia Militar; Moralidades; Doutrina.

Abstract

This article aims to present the “doctrine” of the Ostensive Rounds Tobias de Aguiar (ROTA in Brazilian Portuguese), highlighting the morality described and imposed in it. The “ROTA's Doctrine”, a native category of the research subjects, carries a series of stories and moral prescriptions that guide the professional and personal practices of the policemen who belong to this battalion of the Military Police of the State of São Paulo (PMESP ptbr). In this sense, the “ROTA doctrine” becomes a moral crusade for the force, a constant form of action that demonstrates resistance to social and institutional changes. When analyzing the bibliographic production of police officers who have already passed through the group, plus other discursive sources collected in the field, emerged a discursive pattern that always evoked the doctrine, an organizational way of real “police job”. However, this uniformity demonstrated a political and militarized form of conducting practices and disputing moralities, either internally in “PMESP” or society. The research demonstrated how this internal dynamics produced a worldview that seeks to standardize conduct, whose objective is to underline the image of heroism and bravery from both the ROTA police officer and their Battalion.

Keyword: ROTA; Military Police; Morality; Doctrine.

¹ Programa Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP. E-mail: henriquelinica@gmail.com



1. Introdução

Este Artigo tem como objetivo apresentar uma análise sociológica sobre a doutrina das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA). Um conceito nativo que designa um conjunto de saberes e moralidades que orientaram os policiais das ROTA, modalidade de policiamento pertencente ao 1º Batalhão de Policiamento de Choque “Tobias de Aguiar” da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) (MACEDO, 2015). Sobre o conceito de Doutrina, estamos entendendo-o através da contribuição de Foucault em *A Ordem do Discurso* (1999), como veremos mais para frente que demonstra como a doutrina é uma forma de organização e regulação dos discursos. As análises são resultado de uma pesquisa de mestrado² e que ainda emergem no campo de estudo do pesquisador na execução da atual pesquisa de doutorado, uma vez que, os saberes e moralidades da unidade, em maior ou menor grau, reverberam no universo simbólico, técnico e político da PMESP.

A pesquisa de mestrado da qual este artigo deriva, analisa o protagonismo da ROTA, exercido através de um conjunto de práticas orientadas por uma estratégia militarizada³ que, entre 2009 e 2012 sob pretexto de “combate ao crime”, orientou as políticas públicas na área da segurança. Neste contexto, a “Doutrina de ROTA” apareceu como um elemento central das práticas da unidade. Todo o conjunto de dados obtidos durante a execução da pesquisa, como caderno de campo; vídeos sobre a ROTA (vídeos de policiais, documentários, entrevistas e etc) coletados na internet; livros e dissertações produzidas por policiais que também versam sobre o 1º Batalhão de Polícia de Choque, todos os dados apontavam essa categoria nativa como ponto de partida para se compreender “o que faz a ROTA”. Por tanto, concluiu-se que a doutrina é entendida pelos policiais que passaram pelo 1º Batalhão de Polícia de Choque como base fundamental que orienta, organiza e promove a homogeneização das práticas da unidade, regulando não somente as vidas profissionais, mas conformando a própria vida pessoal do “policia de ROTA” que viveria pelos ditames do “ethos de ROTA”.

No trabalho de campo, tivemos a oportunidade de ouvir os policiais argumentando orgulhosamente como membros daquela unidade, por serem “policiais de ROTA”, cuja característica principal seria sua aderência ao aspecto doutrinário daquela unidade policial. Dos antigos aos mais novos policiais que serviam no Batalhão “Tobias de Aguiar”, todos pareciam mensurar as coisas ao seu redor de acordo com os preceitos estabelecidos pela sua experiência nele. O tempo todo, os policiais pareciam vigiar se as “regras da casa” estavam sendo cumpridas, seja por aqueles que lá trabalhavam, seja por aqueles que os visitavam. Contudo, as regras não estão dadas a todos, pelo contrário, elas estão restritas aos que foram iniciados em seus ritos de passagem, deixando-se apreender somente pelas frestas expostas pelos iniciados.

2. A ROTA

A ROTA era somente uma função a mais para o 1º Batalhão que, dentre outras coisas, era encarregado de realizar ações de controle de distúrbios civis e patrulhamentos em duplas a pé. A modalidade de policiamento surge como uma “necessidade” de modernização da polícia ante as novas formas de “crimes” que os policiais tinham que “enfrentar”, tal como foram as palavras utilizadas no “plano de execução” enviado ao 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” para detalhar como, quando e com que meios este novo modelo seria implementado. Sua principal atribuição era garantir a proteção patrimonial e financeira de bancos que estavam sendo alvo de grupos de resistência

² Com título “Confrontos” de ROTA: A Intervenção Policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8579/DissHLSM.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.

³ Entendemos estratégia militarizada como indicado por Sinhoretto (2014), ou seja, uma construção de um tipo ideal que visa orientar e sistematizar as análises de um determinado contexto. A estratégia militar é compreendida dentro do conjunto das políticas na área de segurança pública do estado de São Paulo que nas últimas duas décadas elegeu a PMESP como protagonista das ações de controle social estatal, tanto nas mediações de conflitos diários, quanto no controle de uma “criminalidade organizada” (conceito nativo). Neste sentido, a estratégia militar lançaria mão da “lógica-em-uso” (PAIXÃO, 1982), privilegiando o uso por vezes abusivo e ilegal da força ao interagirem com sujeitos incriminados (MISSE, 2010) e o incentivo ao combate militarizado.



ao regime militar, evitando que estes últimos financiassem suas ações. Assim a ROTA atuou durante anos, até que, as guerrilhas de resistência enfraqueceram e, junto com elas, a própria ditadura. Contudo, ao invés da ROTA ter suas missões oficiais reestruturadas, ela manteve muitas de suas características de atuação, somente mudando o “foco” da perseguição política para o “crime comum”.

A fase em que o 1º Batalhão e a ROTA mais teriam sofrido tensões quanto ao seu “jeito de trabalhar” teria sido justamente no governo de Franco Montoro (CALDEIRA, 2000) que tentou acabar com a unidade. Entretanto, o então governador teria encontrado muitas resistências ao fim da ROTA, tanto dentro da PMESP quanto na sociedade paulista. Segundo os dados apresentados por Caldeira (2000), houve uma pesquisa realizada por um grande jornal da época sobre o fim da ROTA, sendo que, dos respondentes, mais de 80% não desejava seu fim. Esse movimento de apoio a ROTA, já em vias de reabertura, só cresceu e foi impulsionado pelo movimento de apoio às políticas da ditadura, com viés ultraconservador. Neste mesmo período, o radialista Afanásio Jazadji já criticava as medidas de Montoro na área de “direitos humanos” com medidas de “direitos de criminosos”.

Mesmo resistindo ao fim proposto por Montoro, a ROTA não passou totalmente incólume, corroborando com os relatos apresentados por Barcellos (1992) e Caldeira (2000), policiais que serviram naquela unidade durante a década de 80 e 90 disseram que a principal medida para tentar mudar a cultura da unidade foi a transferência em massa de oficiais. O erro neste caso foi que, mesmo sem ser proposital, as transferências de policiais novos privilegiaram policiais que serviam no Tático Móvel⁴, sendo que não haviam grandes diferenças entre eles e os policiais da ROTA. Ao deixar muitas praças permanecerem na ROTA, assim os novos oficiais foram ensinados a trabalhar segundo a cultura do batalhão apreendida e emulada pelos subordinados. Nestas transferências é que, de forma irônica, o futuro Coronel Telhada é transferido para ROTA, um dos maiores defensores e entusiastas da “Doutrina de ROTA” e do enfrentamento militar.

Ainda durante a década de 1980 e o início da década de 1990, o batalhão não só conseguiu manter sua “Doutrina de ROTA”, como aos poucos o 1º Batalhão vai deixando de ter outras funções, passando a exercer quase que exclusivamente o patrulhamento ostensivo. Se considerarmos esta continuidade da ROTA e a respectiva falta de funções concorrentes, podemos compreender como institucionalmente as práticas da ROTA foram preservadas e cultivadas.

3. Entrada e seleção

Para entrar na unidade não é necessário passar por nenhum curso inicial⁵, como é o caso de outros batalhões, no caso deste batalhão específico há uma variedade muito grande nas possibilidades de entrada. Apesar de algumas tentativas de tentar implementar uma seleção mais burocrática, o batalhão nunca conseguiu efetivar qualquer rito mais rigoroso. De um lado, porque não conseguiriam realizar um procedimento padrão para oficiais e praças, e de outro, porque como não institucionalizaram uma seleção própria, estão sujeitos como outros batalhões ao processo padrão da PMESP. Ou seja, ter vagas disponíveis. Estas vagas podem ser preenchidas direto nas escolas de formação ou a pedido dos policiais, via formulário, no próprio batalhão.

⁴ Patrulhamento Tático Móvel era o nome dado as atuais Forças Táticas, uma modalidade de policiamento que pertence aos batalhões de área, tem como função apoiar as viaturas que fazem o policiamento de Radiopatrulha e na atuação para reduzir índices criminais.

⁵ Segundo alguns policiais, até existiram alguns cursos e tentativas de fazê-los, mas todas falharam por não encontrarem apoio dentro da instituição. Para estes policiais, a instituição não queria que houvesse nada que formalizasse a “Doutrina de ROTA”. Por isso, os oficiais superiores que comandavam a PMESP criaram um curso de Força Tática, mas não de ROTA.



Os oficiais⁶ superiores também não passam por crivos do batalhão. A escolha destes seria puramente política, seja pela política intra instituição, seja pela ordem do Secretário. Os tenentes são os únicos oficiais que tendem a passar pelos processos de seleção, dado que, em geral, alguns deles se voluntariam para o serviço. Já os demais oficiais tendem a ir por convite de outros oficiais, através de suas próprias redes, para compor a equipe.

Já com as praças⁷ a questão é outra, eles podem entrar no 1º Batalhão de Polícia de Choque porque: havia vagas na unidade e estas foram disponibilizadas para os alunos concluintes dos cursos de formação; pelo pedido de transferência dos policiais diretamente no batalhão; ou também podem ser “puxados”⁸ para unidade. Outra possibilidade é que, em alguns anos, como a Escola Superior de Soldados⁹ não comporte o número de ingressantes, e outras unidades são convertidas temporariamente em escolas. Em alguns anos o 1º Batalhão foi uma das unidades de ensino para as praças. Mesmo que, ao final do curso não haja vaga para todos, alguns são selecionados e permanecem no batalhão. Outra informação relevante é o viés patriarcal da ROTA que não aceita mulheres para atuar na parte ostensiva, ao contrário dos atuais Programas de Forças Táticas e dos Batalhões de Operações Especiais (BAEP). Na ROTA, as policiais só trabalham no serviço administrativo.

O que une a maioria dos casos, exceto no caso de oficiais intermediários (capitães) e superiores (majores e tenentes coronéis), é que os policiais homens que quiserem fazer parte da função operacional de ROTA, devem passar por um estágio para aprenderem o trabalho. Pois, para ser efetivamente considerado com “policia de ROTA”, ele deve passar pelo crivo dos policiais com quem irá trabalhar e aprender as funções que irá exercer. Assim, os tenentes devem estagiar com tenentes para aprenderem a comandar o pelotão e a equipe que trabalhará diretamente com ele, sendo avaliados sobretudo por outros oficiais, mas também pelos componentes do pelotão em que vai trabalhar. Os sargentos estagiam com outros sargentos para aprenderem a ser comandantes de equipe, mesmo que já tenham passado pela unidade como cabos ou soldados. E os cabos e soldados aprendem também com seus pares, cabos e soldados, mas também com sargentos e tenentes. Independente do posto ou graduação, todos são avaliados por toda equipe.

O estágio, neste sentido, é parte do processo de seleção e aprendizado do policial neófito na ROTA, a seleção leva em conta o processo de aprendizagem do policial e avaliação dos pontos técnicos e morais. Nos aspectos técnicos, os policiais são aprendem novas técnicas e a utilizar materiais específicos da atividade que terão que utilizar durante seu trabalho. Além das atividades específicas, os policiais que permanecerem na ROTA, devem suprir as deficiências do processo de formação básica. Os policiais neste processo, como bem traduziu um oficial que era chefe do Gabinete de Treinamento, o policial será “cobrado, na maior parte do estágio, para fazer tudo o que a polícia já ensinou, mas ele não aprendeu, ou apreender como fazemos aqui”. Nesta fase eles também participam de visitas técnicas em Institutos Médicos Legais, Corregedoria, o presídio militar do Romão Gomes e irão aprender tudo o que for “importante” para cumprir sua função na viatura.

Nesta fase, os estagiários só participam de algumas reuniões com seus pelotões e companhias (designação de frações de tropas), pois eles ainda não receberam o direito de usar seu braçal - peças simbolicamente importantes para os “policiais de ROTA” – e não são reconhecidos como membros do

⁶ Os oficiais são os postos de comando nas hierarquias militares, no caso da polícia militar, ela segue a hierarquia tal qual o exército brasileiro, contudo, como é subordinada a esta última, convencionou-se que os policiais militares só poderiam atingir o posto de coronel. Assim o quadro da PM tem as seguintes patentes para oficiais: tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel

⁷ Da mesma forma que os oficiais, as praças da polícia militar estão estruturadas de forma similar ao exército brasileiro, mas no caso delas não patente ou posto, mas graduação. As graduações das praças são: soldado, cabo, sargento e subtenente.

⁸ Neste sentido, o “puxado” significa que um policial consegue sua vaga no batalhão por interferência pessoal, por boas relações.

⁹ Escola Superior de Soldados é o primeiro local de formação do policial que prestou concurso para entrar na PM, a mais famosa escola de formação é a que fica na Vila Clarice, Zona Norte da cidade de São Paulo, mas dado a recente demanda de formação de mais de 5 mil profissionais, outros centros de formação foram criados.



grupo, não possuem a confiança dos outros policiais. O caráter limiar exclui os neófitos porque em algumas reuniões são debatidos temas que exigem discrição e comprometimento com o segredo, por tanto, só os que possuem o braçal é que podem participar, opinar e votar, já que seriam considerados como de confiança. O estágio não tem data certa para todos, somente acaba quando os “braçais” decidirem se o policial tem ou não o que precisa para ser “de ROTA”. O que geralmente passa, nos casos já citados¹⁰, por uma votação dentro da equipe.

Ao final, os policiais decidem se os estagiários naquele serviço aprenderam o que era necessário tecnicamente para cumprir suas funções. Também nesta fase é que eles sabem como foram avaliados pelos mais antigos nos requisitos morais e para saber se têm e absorveram os valores da “Doutrina de ROTA”.

4. "Doutrina da Rota"

A “Doutrina de ROTA” é, segundo os policiais, um misto de procedimentos já institucionalizados pela PM e procedimentos singulares desenvolvidos na própria unidade. A diferença para alguns é que na ROTA há uma cobrança extrema para que muitos procedimentos já consagrados na PMESP sejam cumpridos, seja para segurança dos próprios policiais, seja para a manutenção da hierarquia e disciplina. A cobrança não seria só dos superiores, mas também dos próprios pares, que assim como durante o estágio, devem sempre fiscalizar e corrigir aqueles que estiverem agindo fora do normalizado.

Esses saberes, moralidades e controles são a definição da “Doutrina de ROTA”. Sendo ela um conjunto de regras não formais, não escritas e que não podem, na maioria dos casos, serem punidas pelas sanções administrativas. As sanções seriam, assim como a doutrina, de caráter informal, aplicadas pelo próprio grupo, seja jogando água no próprio fardamento e trabalhando molhado, seja sendo excluído do grupo. O reconhecimento destas normas tem que ser voluntário, entendendo que este seria o “elemento fundamental”, a escolha do policial em seguir tais diretrizes e isso os diferenciariam dos demais policiais militares.

Para Telhada (2011, p. 582), é a doutrina que garante que os policiais desenvolvam aspectos importantes e forjem em si um espírito de unidade. Ressalta a importância dela para consolidação dos aspectos técnicos e profissionais que permitem a execução do policiamento diferencial da unidade. Para ele o objetivo doutrinário é formar profissionais e transmitir aos policiais um conjunto sólido de valores morais, éticos e sociais que subsidiem o policial com o arcabouço dos verdadeiros princípios que regem o trabalho policial. Os valores do verdadeiro trabalho policial seriam acima de tudo, para Telhada (2011), a lealdade à instituição, ao comando, aos pares e aos subordinados.

A unidade seria, neste sentido, um potencializador dos valores cultuados pela instituição militar, ampliando o sentido da hierarquia, da disciplina, do fazer nobre da profissão, do valor do trabalho policial como vocação, de serem discretos, confiáveis ao tratar das questões profissionais, valorizar o espírito de corpo. Diferente do que já é pregado pela PMESP, a “Doutrina de ROTA” exigiria que o policial zelasse pela própria imagem, se comportando sempre com “honra” para que jamais manchasse e desonrasse o nome do batalhão e de seus “irmãos de braçal”.

Para outros oficiais que serviram na ROTA, e que escreveram sobre ela em seus trabalhos institucionais de oficiais da PMESP, Coutinho (2012) e Carvalho Junior (2007), a “doutrina de ROTA” é exposta de maneira semelhante ao ex-comandante do Batalhão, mas cada um aponta alguns aspectos

¹⁰ Incomoda alguns PMs da ROTA que nem sempre um oficial que já tenha trabalhado no batalhão venha a comandá-lo, eles também ressentem que não conseguiram criar um curso de formação próprio ao trabalho que executam. Logo, se um tenente coronel chega na unidade e resolve que irá participar de algum evento operacional e colocar o braçal, ele irá fazê-lo, esse fato incomoda os policiais que acreditam que o braçal é uma peça simbólica e sagrada. Este ponto de inflexão demonstra a tensão entre as práticas ritualísticas da ROTA e o desenho institucional do PM, já que para o regulamento disciplinar o braçal só é uma peça do fardamento e sobrepõe a hierarquia ao pertencimento de grupo.



diferentes sobre ela.

Para Carvalho Junior (2007), a “Doutrina de ROTA” é o principal vetor de manutenção destes valores nos “milicianos de ROTA”, responsável e valorosa por transmitir e acumular ao longo de décadas um código de ética rígido.

Já para Coutinho (2012), a “Doutrina de ROTA” não é um reforço de características já existentes da cultura militar, mas é a própria razão do “alto padrão moral” dos policiais da unidade. Ela seria a própria responsável pelos policiais da unidade terem o espírito moral de uma Unidade Especializada. Por terem desenvolvido mecanismos sólidos e únicos não só na execução do trabalho ostensivo, como preparando o homem de ROTA para ser um exemplo onde quer que vá.

Os oficiais não dão exemplos para que o conceito saia desta exaustiva explicação, ficando apenas na teorização abstrata. Contudo, mesmo com o curto de permanência realizando campo na ROTA, pudemos ter acesso a alguns exemplos práticos de como a “doutrina de ROTA” regula o comportamento de seus membros. Um bom exemplo sobre as cobranças realizadas entre os policiais é em relação ao modo como realizam a abordagem e a forma que param em estabelecimentos comerciais. A abordagem é considerada um momento ritualizado de muitas obrigações, ficando cada membro da equipe responsável por sua função, da revista à segurança da equipe, sendo que todos devem saber fazer o serviço do outro. Todos devem cumprir as ordens do comandante, mas, quando necessário, precisam saber decidir para que não precisem consultar sempre o comandante e com isso possam garantir que nada saia do controle, inclusive seus pares.

Nestes casos, para segurança jurídica, como eles narraram, o primeiro contato dos policiais com o suspeito seria para considerá-lo um “cidadão de bem”, dando ordens firmes, mas sem agressividade, para que se houver indícios de “ilegalidade”, o abordado não se sinta maltratado. Contudo, o policial de ROTA deve buscar descobrir durante a sua conversa com a pessoa abordada se essa é ligada ou não ao crime, ao passo que outro policial já pede para os operadores do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) uma pesquisa sobre informações criminais dele. Nesse meio tempo, outros policiais “ficam de arma na mão” para segurança dos policiais, controlando o fluxo de carros e pessoas.

Outro exemplo, segundo relato dos policiais da unidade, é que a “Doutrina de ROTA” prescreve que a equipe de ROTA não deve parar em qualquer lugar, tão pouco de qualquer modo. Como a maioria dos policiais, também os de ROTA possuem contatos em locais que fornecem suas alimentações durante o serviço. A primeira providência da equipe deve ser, antes de parar, circular as redondezas do comércio para ver se não há nenhum “crime” em andamento, bem como não deixar “passar qualquer ameaça”, inclusive avaliando se o comércio onde pararão não está sendo assaltado. Segundos os policiais essa prática já teria ajudado as equipes a flagrarem assaltos e outros “crimes” onde iriam almoçar ou jantar ou no entorno.

Retornando aos trabalhos institucionais, ambos oficiais argumentam que é a “Doutrina de ROTA” é um padrão, como uma prescrição sistêmica que abrange todos os aspectos da “vida do homem”. Ambos recorrem a um ex-oficial da unidade que, em um jornal do “Grêmio dos Boinas Negras”¹¹, formulou a definição de “doutrina de ROTA” utilizando diferentes gerações de “rotarianos”, de “braçais”:

A doutrina da ROTA destaca a importância da atividade desempenhada pela Polícia Militar e pelo Batalhão para a sociedade, atuando diretamente na manutenção da tranquilidade, da salubridade e da segurança pública. Remete aos feitos históricos da unidade, estimula o culto às tradições, o respeito aos Policiais Militares que serviram no Casarão Amarelo e a seu passado atuante e heroico em defesa da sociedade paulista e brasileira. Desenvolvem os atributos da personalidade atinentes à lealdade para com a Instituição, o Comando, pares e subordinados, através da plena dedicação ao serviço, à unidade e aos valores que ela representa e cultua; à constância na prestação do serviço, materializada na obstinação em alcançar os objetivos traçados e na perseverança diante das dificuldades; à atenção, à austeridade e à sagacidade

¹¹ O Grêmio dos “Boinas Negras” foi criado por antigos policiais da Unidade, como uma espécie de associação para policiais que serviram na ROTA. Sua criação foi proposta pelo Coronel da reserva Antônio Bezerra da Silva, autor do livro *ROTA 99 – Jornada do Guerreiro* de 2013.



no cumprimento das missões; à força da hierarquia e da disciplina, como mecanismos indispensáveis para o desempenho das atividades policiais militares; à motivação em trabalhar por uma causa nobre e justa, qual seja servir e proteger; à iniciativa em tomar atitudes urgentes e necessárias; à coragem para enfrentar o perigo e a morte; à humildade para não se considerar superior aos demais; à honestidade como parâmetro essencial no dia-a-dia e à sinceridade para reconhecer suas limitações, acompanhada da força de vontade em assimilar e desenvolver adequadamente as técnicas e táticas policiais, de modo a se aperfeiçoar sempre; à discricção e à confiabilidade ao tratar de questões próprias e exclusivas do âmbito profissional; ao respeito pelos pares, traduzidos na boa camaradagem e no espírito de corpo, bem como pelos subordinados e superiores hierárquicos, além do respeito por si mesmo, caracterizando a galhardia em ostentar a condição de policial da ROTA; ao patriotismo configurado pela exaltação à Pátria e às instituições; ao apreço pela correção de atitudes; à responsabilidade do policial para com o Batalhão e todos aqueles que contam com seus serviços; à satisfação pelo dever cumprido e à afeição pela justiça. Finalmente, invoca a conscientização de que o policial da ROTA deve zelar, por sua honra e sua imagem, pois, onde quer que esteja, estará representando o Batalhão – Tobias de Aguiar, e a própria milícia bandeirante, de tal sorte, sua vida não lhe pertence mais com exclusividade, uma vez, que suas atitudes, mesmo fora de serviço, sempre trarão reflexos à Instituição. Honra, é algo que não se compra algo que se tem, e que se constrói! Honra é um conjunto de qualidades morais entre as quais se destacam a honestidade e retidão, é um sentimento de dignidade e distinção. Isto sim é um motivo de orgulho (KOMATA, 2004, p. 7).

O texto acima é uma grande sistematização de tudo aquilo que já foi exposto desde o começo do texto, mas sua importância está justamente em descrever o “ethos de ROTA”, dado que sacraliza em diversos momentos a unidade e sua história, apresentando uma série de valores que os policiais aprendem a cultuar e que devem “honrar” para serem reconhecidos como “de ROTA”. É a “devoção” a estes paradigmas que para a maioria dos policiais permitiria o policial ser equilibrado, profissional, ético e digno de ser “ungido” como “boina negra”.

É nesse sentido que entendemos tal “doutrina” sobre o prisma proposto por Kant de Lima (2008), como uma ética policial. O conceito de ética abrange um conjunto de princípios norteadores das ações sociais de um determinado grupo, valendo-se muitas vezes de aspectos oficiosos e, não legais. Kant de Lima argumenta que a ética policial é produzida e reproduzida dentro de uma lógica tradicional (de mão em mão), no qual através de conversas e narrativas, os policiais contam fatos e histórias que, carregados desta ética, vão reverberando nas práticas dos policiais. Nestes momentos de sociabilidade dentro do grupo que a reprodução dos “causos” acaba se estabelecendo como parâmetro, métrica, representação do que é ser um “bom policial”.

Destas histórias os policiais de ROTA estão cheios, fazendo questão inclusive de marcar dias de sociabilidade profissional e pessoal para que possam compartilhá-las. Nos encontros profissionais, estes policiais fazem estudos de caso, comentam sobre ocorrências, erros e acertos.

Já em eventos de sociabilidade interpessoal, os policiais acabam contando histórias sobre casos antigos, destacando algumas ações de policiais, falando bem de uns e mal de outros, usando-os como bons e maus exemplos. Daqueles que eles achavam dignos de serem “braçais” e daqueles que o desonravam. Se o policial que acabou de sair de serviço chega no quartel para estes eventos, deve antes de ingerir álcool, tirar o braçal para participar da confraternização.

5. Doutrina e histórias

Uma das prescrições da “Doutrina de ROTA” é que todos os policiais deveriam, ao entrar para o serviço ostensivo, chegar com três horas de antecedência, para cuidar dos seus materiais e das viaturas. Além disso, neste período, eles deveriam estabelecer um valor qualquer em dinheiro que eles utilizariam para comer durante o turno de serviço e, seria seu dever, avisar os superiores e pares da quantia de dinheiro que dispunha. Um tenente nos disse que, em média, os policiais podiam levar de 20 a 50 reais. Contudo, se algum policial tivesse que pagar uma conta e saísse com mais do que isso,



deveria informar o montante exato para seu superior, além de explicar o porquê dele. Não importando se para pagar conta, seja para entregar a algum familiar ou só depositar.

O tenente continuou dizendo que aquilo tinha um sentido, todos deveriam saber para que caso ocorresse uma ocorrência envolvendo apreensão de dinheiro, houvesse um controle dos pares entre si, bem como qualquer acusação de desvio de dinheiro seria rapidamente coibida. Perguntado se já haviam deixado de reportar os valores, o oficial respondeu que sim e que, o policial, no mínimo, tinha que rezar para nada dar errado, caso contrário, ele seria o primeiro a ser preso e, dependendo dos acontecimentos seria expulso do pelotão ou da unidade por colocar os pares em suspeição de corrupção.

Outra história relevante trata da importância de cuidar da imagem ética dos policiais da ROTA está em tomar cuidado com o que bebem em público, sobretudo para que não pareça que estão ingerindo álcool durante o trabalho. Outro tenente da unidade nos contou que, por causa de conclusões de policiais antigos da unidade, ficou proibido tomar guaraná e água em copos transparentes em padarias e restaurantes. Isso porque de longe pode parecer que, “por má fama de alguns policiais que bebem em serviço”, os policiais estão ingerindo cerveja ou cachaça durante o trabalho. Por isso, em copos de vidro, sobretudo do tipo americano, só *Coca-Cola* ou café.

A cobrança de todos esses aspectos, disse uma praça da unidade, é o que transforma a ROTA na ROTA. Segundo ele, não basta ser honesto, tem que parecer honesto e na ROTA se cobraria a postura o tempo todo. Apesar de um deslize ou outro, os policiais deviam se preservar. Mas nem só a honestidade deveria ser demonstrada, mas também há uma preocupação com a aparência de “masculinidade”, uma aparência de seriedade profissional e de coleguismo, mesmo de folga.

No quesito “masculinidade” os policiais diziam que, ao se tomar café, fardado com a boina e o braçal, não se deveria soprar o café, pois isso faria aparecer que o policial está fazendo “biquinho” com medo de se queimarem com a bebida. Então a opção neste caso era ou esfriar o café utilizando a respiração pelo nariz, esperar um pouco até esfriar ou virar de uma vez e deixar o líquido queimar a língua. Outro problema para alguns policiais era a questão de, quando se está em pé fazendo a segurança¹², o policial mantivesse os dois pés em paralelo, mantendo a postura ereta e não com um pé à frente do outro. Quem fosse pego nesta postura seria constrangido com o uso da frase: “você é modelo agora para ficar com essa postura?”

Outra preocupação dos policiais da ROTA era quanto anotar o telefone de mulheres ou ficar flertando durante o serviço, além de serem constrangidos se fizessem de maneira ostensiva, os policiais disseram que se “valesse muito a pena”, era para pegar o telefone de maneira discreta e sem “sorrisinhos”. Todos estes detalhes, para eles, evitariam que fossem identificados como “policiais displicentes” ou como policiais de “má conduta” que estão menos interessados em trabalhar e mais interessados em gozar das benesses da farda.

A aparência de seriedade profissional e coleguismo é também importante na fala deles, pois abrange segurança e garantia de um bom espírito de grupo. Segundo alguns deles, todos fazem o que o outro fizer, ou todos colocam proteção contra o frio ou todos passam frio. Inclusive competindo com outras unidades ou viaturas, só se aceitando colocar agasalho, caso os outros coloquem primeiro. Todos devem oferecer pagar por suas refeições, ficando a cargo do lojista e não dos policiais de “receber de graça”, mas com obrigação de agradecer pela ajuda. Inclusive pagando para aqueles sem dinheiro.

De outro lado, nenhum policial de ROTA deveria esquecer-se de suas funções, seja com a viatura parada ou em patrulhamento. Se o policial for pego deixando de cumprir seu papel, ele deve ser cobrado pelos seus colegas. Segundo um dos policiais ouvidos durante a pesquisa, o policial que

¹² A posição de segurança é específica na unidade, os policiais ao pararem se revezam entre aqueles que irão se afastar da viatura e aqueles que não irão. Assim cuidariam da viatura e dos materiais, bem como cuidariam para os colegas realizassem suas atividades sem serem surpreendidos por algo que colocaria a segurança de todos em risco.



conversasse com os companheiros, olhando para eles e deixando de cumprir suas funções ouviria: “o caralho, pode falar! Mas fala fazendo seu trampo”. O mesmo se aplicaria para aqueles que olham o celular para além do necessário no horário de trabalho. Outra regra de camaradagem, além de cumprir sua função para não fazer o colega ser preso ou morto, é dar todo suporte para o seu colega e a família dele, dando prioridade para ocorrências envolvendo policiais e as famílias destes. O que incluiria a morte de um policial, principalmente se ele for da unidade, todos devem responder ao fato e buscar vingar o companheiro de farda.

Os níveis de cobrança seriam compartilhados por todo o grupo, mas as menores unidades seriam os maiores responsáveis por exercer tal função. Para fazer com que os policiais não errem, os policiais mais próximos são responsáveis pelo controle e correção do colega. A primeira cobrança viria direto no alojamento, estes são compartimentados segundo as hierarquias¹³, os pares já seriam responsáveis pela verificação do uniforme e dos materiais dos colegas. Mas, a convivência dentro do alojamento teria mais uma função, supervisionar seus próprios pares para saber se eles não apresentam qualquer sinal de desvio comportamental - de serviço ou de folga – e caso haja algo errado eles devem repreender o colega e reportar aos superiores. Nesse sentido, a ideia é que os policiais se vigiem e sejam vigiados cotidianamente, como um exame (FOUCAULT, 2014) que nunca cessa. Ao sair do alojamento, será seu pelotão, e com maior ênfase a equipe que trabalha na viatura que o supervisionará, todos devendo prestar atenção ao comportamento uns dos outros. Neste caso, para evitar “panelinhas”¹⁴ e que policiais caiam em deslizamentos por comodismo, como argumentou um tenente da ROTA, os policiais que ocupam o banco traseiro fazem rodízio, trabalhando para diferentes comandantes.

Tendo conhecimento destes mecanismos internos de seleção, controle e que produzem um “conhecimento próprio”, a “Doutrina de ROTA” apresenta uma série de características daquilo que Paixão (1983) chama de lógica-em-uso. O que significa que a ROTA teria desenvolvido uma lógica própria, nos quais produz para si um conjunto de saberes e verdades que vão se acumulando pelo intercâmbio entre os policiais e que orientam seus olhares e fazeres diários, dentro e fora do serviço.

Tal forma de conhecimento se baseia na concepção de que a experiência é a principal fundamentação da execução de um “bom trabalho”, mas que esta forma de conhecimento pessoal não repousa no indivíduo, o conhecimento é advindo do grupo. Por isso, para que haja um acúmulo de conhecimento e para que exista um padrão de ação, os policiais devem desenvolver entre si um forte espírito de corpo (CASTRO, 1990). Este forte elo é que diferenciaria, na visão dos policiais da ROTA, o modo como trabalham dos outros batalhões, dos demais policiais.

Não há, contudo, neste processo uma característica *sui generis* da ROTA. A construção de uma “identidade única” passa por processos que já foram verificados por outros pesquisadores, em outros contextos e em outros estados do Brasil. O que se passa na ROTA, ao que nos parece, é um processo comum dentro de instituições que valorizam o ethos militar em detrimento de um *ethos* policial (KANT DE LIMA, 2008; STORANI, 2008). Um elemento que salienta essa característica é o uso de metáforas militares, como nos chama atenção Muniz (1999, 112), que fazem com que os policiais da ROTA se entendam mais como militares que policiais. O que significa orientar suas ações, práticas e moralidades de acordo com os ditames de uma vida de caserna. Neste sentido, a unidade emularia características predominantemente militares no seu fazer policial, utilizando-se e criando simbolismos militares, orientando suas práticas dentro de uma lógica militar, seja intramuros, seja extramuros.

Os conteúdos intramuros que pautam os policiais daquela unidade ganham relevância preocupante para a análise uma vez que a lógica-em-uso constrói para os policiais uma série padronizada

¹³ Seguindo a prática militar em quartéis, os corpos militares são, literalmente, divididos por suas hierarquias. Assim cada grau na hierarquia teria seu próprio alojamento, salvo em casos que dois níveis hierárquicos fossem juntados em um só local. Durante o trabalho de campo realizado em 2011, os sargentos não tinham alojamento próprio, isso porque seu antigo alojamento ficava na área do prédio que pegou fogo, mas que não tinha sido reconstruído. O que os policiais, sobretudo os oficiais, lamentavam. O incêndio aconteceu em 2004, como noticiou a Folha de São Paulo na reportagem “Fogo atinge Edifício da ROTA em São Paulo” (AÑÓN, 2004).

¹⁴ Formação de grupos de profissionais que só querem trabalhar com pessoas determinadas.



de conceitos que servem como forma de ler o mundo e a si mesmo, mesmo que seja informal ou ilegal. A “Doutrina de ROTA”, neste sentido, opera como um *ethos* e visão de mundo (GEERTZ, 2008) dos policiais. Para Geertz (2008), o *ethos* é o caráter e a qualidade da vida de um determinado grupo, um estilo moral, ético, estético e que organiza e dispõe as diretrizes das relações que os indivíduos terão consigo e com o mundo ao seu redor, a visão de mundo será elaborada dentro destas premissas. Ao partirmos desta definição, podemos pontuar três elementos simbólicos relevantes que nos permitem compreender como a “Doutrina de ROTA” lê a si e ao mundo.

Isso implica em estabelecer para si uma visão que submete a segurança pública a uma lógica de “guerra ao crime”, ao mesmo tempo em que, considera tudo o que está fora do seu espectro moral e disciplinar como imoral e desordeiro. Ao nos debruçarmos sobre este ponto, a ideia de “guerra” ganha outros contornos, pois os policiais de ROTA estabelecem duas “frentes de batalha”. Uma seria aquela em que “combatem” todo serviço, ou seja, a cidade e as ruas. Nas quais eles irão “caçar” o “inimigo criminoso” para preservar a segurança do “cidadão de bem”. Ao passo que na outra “frente de batalha”, os policiais vão defrontar-se contra tudo o que eles acreditam ser “desordem”, “inversão de valores” e tudo aquilo que considerem que deixa a sociedade “doente”. Para eles, sem essa segunda frente, tudo o que eles fazem na primeira não passa de “enxugar gelo”.

O segundo elemento é, por consequência do primeiro, a ideia de que os policiais militares que servem na ROTA são heróis. O símbolo do herói é representativo para compreender a importância que é atribuída a “doutrina de ROTA”. Para os policiais daquela unidade, os policiais heróis são todos os que são vocacionados para a atividade ostensiva e nela buscam mudar a sociedade, tirar dela todo o mal e ajudar a restabelecer a paz e a ordem. Essa vocação seria a maior diferença entre os “bons policiais” e os “maus policiais” que somente querem “ganhar o salário” no final do mês. Contudo, a ideia de policial herói não é uma condição imanente dos policiais, ao contrário, haveria a necessidade de constante demonstração desta vocação, de mostrar que seguem tal “doutrina”.

Para Kant de Lima (2008), esse *ethos* militar heroico é um grande problema, pois impediria que o *ethos* policial avançasse e ganhasse força. Ao contrário do *ethos* policial, o *ethos* militar valoriza a combatividade e não a administração dos conflitos, além de criar uma autoestima de grupo e solidificar um estado de guerra permanente. Este *ethos* heroico acaba também por ampliar a caráter limiar da instituição policial com uma configuração social marcada pela desigual distribuição de poder entre grupos, sobretudo entre as instituições de controle social. Tal desigualdade coloca a polícia como executora de um papel subalterno dentro do sistema penal, revelando a incapacidade desta instituição de democratizar suas práticas, dado que estas fazem parte de um ciclo vicioso de violência.

O terceiro elemento é a ideia nativa de que a “doutrina de ROTA” é uma espécie de “culto” ou “religião”. Assim, consideramos que tal “doutrina” se assemelha muito ao conceito de empreendedorismo moral de Becker (2008), visto que os policiais ao falarem sobre suas ações, parecem estar em uma verdadeira cruzada moral. Para Becker, existem reformadores cruzados que julgam que nada está certo no mundo até que regras sejam criadas para corrigi-las. Estes cruzados morais operariam na chave de uma ética absoluta, qualificando o mundo ao seu redor como ruim e sem ética. A cruzada feita pela ROTA pode ser entendida em três níveis de atuação distintos.

Os três níveis da cruzada da ROTA obedecem a lógica de atuação dos policiais no mundo para a realização de suas pautas morais. O primeiro diz respeito a cruzada para dentro da própria instituição, pois para muitos policiais da unidade, eles deveriam ser os exemplos e multiplicadores de valores éticos e morais para toda a instituição. Eles acreditam que mesmo dentro da instituição como um todo há pouco comportamento condizente à ética militar, o que seria visível pela desorganização, falta de valores e pouca adesão moral ao padrão militar. Tudo isso seria fruto de uma falta de “doutrina”, o que causaria uma efetividade da ação policial e até mesmo sua corrupção.

O segundo nível da cruzada moral se refere a atuação dos policiais de ROTA no dia-a-dia. Neste nível, o principal orientador da ação é o *ethos* heroico, mesmo que ele mobiliza práticas oficiosas e até mesmo ilegais. O importante seria extirpar o mal da sociedade, seja qual for o meio utilizado, uma



vez que para os policiais as coisas estariam tão caóticas qualquer coisa deveria ser feita. Podemos sintetizar esta cruzada pela epígrafe “bandido bom é bandido morto”. Esta frase aparece comumente na fala de policiais que passaram por aquele batalhão, principalmente em vídeos em páginas de redes sociais¹⁵, uma das principais formas de ação para “ajudar a sociedade”, ou seja, “tirando dela quem provoca medo”.

A “Doutrina de ROTA” além de regular o comportamento, gestos e aspectos profissionais intragrupo, também coloca uma expectativa de que esses policiais sejam policiais sem “dó” de “bandido” e estejam dispostos. Outro policial reforçou este fato ao nos relatar que:

O que eles querem é fazer justiça, mas a justiça, como eles entendem, é uma espécie de vingança. Eles acham que não precisariam fazer isso se houvesse de fato uma justiça rígida no país, mas como não há, eles resolvem do jeito deles. Por exemplo, esse ano [2012], quando eu estava de serviço, acabei ouvindo a conversa de dois colegas que falavam sobre uma ação da ROTA na região metropolitana. Um deles disse que a ROTA ‘passou’ [matou] um traficante conhecido da polícia na região metropolitana. Pelo que me lembro da conversa, esse traficante era sempre parado pela polícia e descia do carro rindo porque sabia que não tinha nada de errado, não ia ser preso, mas um dia a ROTA parou ele. O cara desceu rindo e tomou dois tiros, sem conversa. Essa história é para te dizer, ladrão não ri da ROTA. Ladrão sabe: caiu na mão da ROTA é caixão [morte], não tem indulto, não tem relaxamento de pena, visita íntima ou *habeas corpus*, não de baixo da terra.

A fala deste interlocutor coloca que neste nível, a cruzada moral da ROTA, é “fazer justiça”. “Justiça” que busca no arcabouço da lógica-em-uso, na sua ética de grupo os elementos para condenar as pessoas. Mesmo que, no limite, seja a morte. Utilizamos este caso limite para demonstrar um desejo e o objetivo, mas devemos reconhecer que há uma variedade conhecida de punições praticadas, não só pela ROTA, mas por uma boa parcela da polícia do Brasil a suspeitos.

O terceiro nível é relativamente novo, aproveitando-se da onda de participação de militares aposentados na política, policiais da ROTA estão se candidatando cada vez mais a cargos legislativos, engrossando o que é conhecido como “bancada da bala”. Os policiais ao se candidatarem prometem “enfrentar o crime” e “auxiliar o trabalho policial” dentro das casas legislativas. Além da participação como candidatos em pleitos eleitorais, a ROTA e alguns de seus policiais mantêm páginas nas mídias sociais como forma de disseminação de suas ideias e visões de mundo.

6. O Braçal

Aqui vale analisar um tanto mais amiúde o símbolo do braçal, essa peça do uniforme tão importante para os policiais de ROTA e, inclusive, para o próprio acesso a “doutrina de ROTA”. Como dissemos anteriormente, é por esse pedaço de couro que contém o brasão da unidade e o nome dela escrito em letras douradas que é, ao fim e ao cabo, obtido o “passaporte” de entrada para a “verdade” da ROTA. Quando o policial deixa de ser “da” ROTA como um mero policial que serve em um batalhão, para ser reconhecido como um policial “de” ROTA, ou seja, quando ganha de seus pares um reconhecimento quase “espiritual” de pertencimento aos padrões, valores e éticas do grupo. É o recebimento desta peça de uniforme que confirma que os pares reconheceram naquele estagiário brios, técnicas, masculinidade, heroísmo, dignidade e espírito de corpo compatíveis com o *ethos* e visão de mundo de um “rotariano”.

A consolidação deste simbolismo em uma peça tão importante para o grupo é também uma chave de acesso que, dali em diante, permitirá o policial participar, ouvir, ser ouvido e autorizado a

¹⁵ Muitos policiais de ROTA que serviram na unidade entre 2009 e 2012 criaram páginas em redes sociais, nestas redes eles costumam publicar vídeos de opinião onde constantemente emulam este tipo de discurso. Como exemplo, durante a pesquisa foram analisadas páginas do ex-comandante da unidade e atual deputado estadual Coronel Telhada, Tenente Derrite, Tenente Rosa e Capitão Conte Lopes.



ter acesso a todos os saberes do grupo. O braçal neste sentido é o símbolo da própria verdade sobre a cosmologia da ROTA. A entrega deste simboliza o final do ritual de passagem. Por mais que aqui narramos e contamos o que nos foi acessível sobre a “doutrina de ROTA”, só quem é “braçal” está autorizada a conhecê-la a fundo e, talvez, alterá-la. A “doutrina” exposta pelos policiais foi acessada só até onde foi-nos permitido saber e, a eles, expor.

Ao final, a doutrina exposta é melhor compreendida se olharmos para o conceito *foucaultiano* (FOUCAULT, 1999) que leva o mesmo nome. Nesta definição, Foucault (1999) toma o conceito como centro de uma ambiguidade de segredo e divulgação, no qual aquilo que nos foi passado funciona como um dado relevante, o exposto é o que para eles menos representa algum tipo de risco, evitando julgamentos, ao mesmo tempo que consolida a sua expertise no tempo e no espaço. Já que ninguém pode se preocupar em alterar, aquilo que tão pouco sabe que existe.

A doutrina, na definição do filósofo francês, tem como primeiro intuito selecionar, hierarquizar e classificar os sujeitos que podem enunciar o conteúdo dela e por ela. Tal doutrina traça zonas proibidas, fronteiras entre o “de dentro” e o “de fora”, deixando claro que mesmo a ROTA sendo amplamente conhecida, ela não é transparente em suas práticas para o público. É ser invisível, sendo visível. Porém, dentro da própria “doutrina de ROTA” há classificações e hierarquias, policiais “antigos” com mais tempo de braçal seriam os que mais possuem os saberes, tendo passado por diversas ocorrências e se solidificando como figuras conhecidas e respeitadas. Por oposição, os neófitos são os que ainda têm muito a aprender com “os antigos”, devendo saber “aprender” e buscar “não errar”. E, mesmo aqueles policiais que são do batalhão, mas não exercem funções do trabalho ostensivo, são desautorizados a saber sobre os conteúdos de quem é de rua, seus rituais, seus valores e interferir nas suas práticas, exceto se os policiais da área administrativa do batalhão já terem servido na rua.

A pertença doutrinária a ROTA é atravessada por uma dupla sujeição, “dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (FOUCAULT, 1999, p. 43). Esse mecanismo é muito importante para entender e analisar suas ocorrências, as pessoas autorizadas a falar são os que estão gabaritados a contarem as “versões certas”, aquelas que não colocaram em risco a equipe ou o nome do grupo. Outra característica do pertencimento à doutrina está no constante exame e avaliação dos enunciados dos sujeitos, inclusive que prevê o silêncio destes em determinadas circunstâncias, pois o policial “braçal”, ao não emular mais os preceitos da doutrina, pode ser considerado traidor, corrupto ou um policial comum, sem vontade ou caráter. Se este policial ainda estiver na ROTA, ele pode ser “espurrado”¹⁶ – mandado embora – e ficará com seu nome sujo entre os “braçais”.

7. Conclusão

Este artigo apresentou as nuances da “doutrina de ROTA”, seu impacto na vivência profissional e pessoal dos policiais da unidade. A intenção é demonstrar como a partir de uma dinâmica interna eles produziram uma visão de mundo que procura singularizar alguns de seus comportamentos, principalmente para criar uma imagem de heroísmo e bravura. Os impactos dessa visão de mundo para a sociedade, entretanto, é um tanto diverso. Mesmo que alguns grupos suportem a ação dos policiais como atos de extrema bravura, apoiem o lema “bandido bom é bandido morto”, o padrão militarizado das suas ações, e a alta letalidade estão em dissonância ao *ethos* policial que deveria visar a segurança da sociedade.

Ao decidir pelo *ethos* militar e o foco no inimigo, a unidade criou uma série de mecanismos técnicos, adaptou outros e optou por não seguir outros. Por essa razão, a unidade se afasta bastante

¹⁶ Mandado embora do 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar”. Primeiro o policial seria afastado da função ostensiva para a administrativa e posteriormente transferido por conveniência do serviço.



do modo operativo das demais unidades da PMESP, dado que desenvolveu para si outra racionalidade operacional, seguindo os padrões da instituição quando seus integrantes não os vêem como prejudicial aos seus objetivos ou para “arredondar” ocorrências. Essa visão de mundo, como demonstramos, transborda a esfera profissional e passa a informar o próprio integrante da unidade, visto que ele se vê avaliado e representante da unidade mesmo fora do horário de serviço.

A ideia da constante preocupação com a imagem da unidade e do policial é crucial para entendermos suas formas de ação. Por um lado, o policial de ROTA, passa a ser ator e a doutrina seria o roteiro a ser decorado, uma forma de marcar todas as nuances necessárias para garantir que a unidade continue sendo uma “marca” de “incorruptibilidade”, de “honra”, de “masculinidade” e “heroísmo”. O problema surge justamente quando o roteiro doutrinário apresenta caminhos informais, extralegais, até mesmo ilegais, desrespeitando tanto as normas da PMESP como as leis vigentes no país, tomando para si papéis de outros níveis de outras instituições do sistema de justiça.

Para finalizar, esta “doutrina”, seus mecanismos, suas engrenagens e seus impactos no imaginário social podemos compreender como os policiais constroem e entendem a ROTA como uma marca e exemplo de “combate ao crime”. Além disso, os policiais ao acessarem as mídias sociais obtiveram um canal privilegiado para divulgar seus valores e crenças, além de propagar a violência como uma forma válida de resposta ao medo do crime, a insegurança e a sensação de justiça. Deste modo, podemos compreender que a segurança pública e o fazer policial militar está sendo disputada pelos policiais da ROTA, bem como estes estão durante sua interação com o público, seja em serviço ou nas redes sociais disputando moralidades e tentando as impor, no limite, aqueles que não a seguem.

8. Referências bibliográficas

AÑÓN, R. Incêndio atinge edifício da Rota em São Paulo. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2004. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u102729.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BARCELLOS, C. **Rota 66: A História da Polícia que Mata**. São Paulo: Editora Globo, 1992.

BECKER, H. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALDEIRA, T. P. Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EdUSP.; Ed. 34, 2000.

CARVALHO JUNIOR, B. de. **Sistematização do Patrulhamento Tático e Adequação dos Equipamentos para Otimização das Operações de Patrulhamento Inteligente: Estudo de Caso do 1º BPCHQ “Tobias de Aguiar”**. 2007, Monografia (Academia de política militar do Barro Branco) – Polícia Militar do Estado de São Paulo, CAES, CAOS, São Paulo, 2007.

CASTRO, C. **O Espírito Militar: Um estudo de antropologia social da Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.

COUTINHO, J. A. **Produtividade Operacional no 1º Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar”**: Baseada na Ferramenta Abordagem Policial. 2013, Monografia (Academia de política militar do Barro Branco) – Polícia Militar do Estado de São Paulo, CAES, CAOS, São Paulo, 2013.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.



FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Leya, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KANT DE LIMA, R. **Ensaio de Antropologia e de direito**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

KOMATA, N. B. Dos Valores Doutrinários. In: **Jornal Boina Negra**. São Paulo, n. 3, p. 7, ago. / set. / out., 2004.

MACEDO, H. L. S. “**Confrontos**” de ROTA: A intervenção policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. 2015. 188f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2015.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. In: **Lua Nova**, v. 79., p. 15-38, 2010.

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 289f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.

PAIXÃO, A. L. Organização Policial numa área metropolitana. In: **Dados** - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982.

SINHORETTO, J. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. In: **Revista Dilemas**, v. 7, n. 1, p.167-196, 2014.

STORANI, P. **Vitória Sobre A Morte**: A Glória Prometida: O “ritual de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

TELHADA, P. A. L. **Quartel da Luz**: Mansão da Rota. São Paulo: Just editora, 2011.

Data de submissão do artigo: 12/02/2019

Data da decisão editorial: 10/03/2020